

# O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

# 3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

# 3

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes editoriais**

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia



## O direito enquanto fenômeno multidimensional 3

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito enquanto fenômeno multidimensional 3 /  
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –  
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-362-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.627211908>

1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner  
Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL 3**, coletânea de vinte capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito das famílias; estudos em meio ambiente, justiça e sustentabilidade; estudos em inovações tecnológicas, direito e sociedade; estudos em direito e suas inter e transdisciplinaridades; e outras temáticas.

Estudos em direito das famílias traz análises sobre fidelidade recíproca, indenização, proteção da intimidade e privacidade de crianças e adolescentes, princípio da afetividade e processo de mediação em conflitos de família.

Estudos em meio ambiente, justiça e sustentabilidade aborda questões como tutela do meio ambiente, construção normativa, defensoria pública, cemitérios privados e impactos ambientais.

Em estudos em inovações tecnológicas, direito e sociedade são verificadas contribuições que versam sobre inteligência artificial, ética e internet

Estudos em direito e suas inter e transdisciplinaridades possibilita colaborações sobre direito, história, literatura, cinema, psicologia e filosofia.

No quinto momento, outras temáticas, temos leituras sobre globalização, pluralismo jurídico, indicações geográficas, escola, presunção de inocência, processo administrativo, princípio da fungibilidade e previdência.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos


## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A FIDELIDADE RECÍPROCA DOS CÔNJUGES E A POSSIBILIDADE DE CABIMENTO DA CLÁUSULA INDENIZATÓRIA POR TRAIÇÃO, NO PACTO ANTENUPCIAL

João Márcio Pinto Paulon

Letícia Lourenço Sangaletto Terron


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119081>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

FAMÍLIA: SEU PAPEL NA PROTEÇÃO DA INTIMIDADE E PRIVACIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS

Anna Carolina Cudzynowski

Jorge Shiguemitsu Fujita

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119082>


### **CAPÍTULO 3..... 26**

PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE MULTIPARENTALIDADE E A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

Amanda Aparecida Martins Belo

Agatha Resende Lopes

Wagner Felipe Macedo Vilaça


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119083>

### **CAPÍTULO 4..... 39**

ENTRE AFAGOS E SILÊNCIOS: O QUE FALAM AS MEDIADORAS DE CONFLITOS DE FAMÍLIA SOBRE O PROCESSO DE MEDIAÇÃO?

Jéssica Aparecida Alves Simon


Gabriela Rieveres Borges de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119084>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

TUTELA DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL


Antonio Martelozzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119085>

### **CAPÍTULO 6..... 65**

A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Antonio Martelozzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119086>

### **CAPÍTULO 7..... 72**

A LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A TUTELA DO O MEIO AMBIENTE: ATUAÇÃO COLETIVA EM PROL DOS NECESSITADOS

Jaime Leônidas Miranda Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119087>

**CAPÍTULO 8..... 84**

**A CULTURA DE MORTE NO BRASIL: OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR CEMITÉRIOS PRIVADOS**


Maurício Casanova  
Carolina Camilotti Cavalcânti  
Eduarda Bavaresco Dall Agnol  
Jean Felipe dos Santos Martins  
Mônica Giusti Rigo  
Lilian Hanel Lang  
Germano Alves Lima  
Gustavo Wentz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119088>

**CAPÍTULO 9..... 97**

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA A MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO VISANDO MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL**


Oscar Francisco Alves Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119089>

**CAPÍTULO 10..... 113**

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO: IMPLICAÇÕES ÉTICAS SOBRE A SUA APLICABILIDADE E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE**


Tereza Rodrigues Vieira  
Lilian Cristina Pinheiro Goto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190810>

**CAPÍTULO 11..... 127**

**INOVAÇÕES E AVANÇOS DO DIREITO: TÓPICOS AVANÇADOS, ATUAIS E EMERGENTES**


Gricyella Alves Mendes Cogo  
Alana Coutinho Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190811>

**CAPÍTULO 12..... 135**

**DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DA FRAGILIDADE DESSAS INOVAÇÕES PERANTE OS PERIGOS DA INTERNET**


Mateus Catalani Pirani  
Matheus Torres de Almeida  
Daniel Stipanich Nostre







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190812>


**CAPÍTULO 13..... 146**

**REFLEXÕES TEÓRICAS E ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PESQUISA EM HISTÓRIA DO DIREITO**

Marta Regina Savi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190813>

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>161</b>
A LINHA DE PESQUISA DIREITO E LITERATURA: EVOLUÇÃO TEÓRICA DOS ESTUDOS	
Raimunda Alves Batista Campos Larissa Aparecida dos Santos Claro Mônica Figueiredo de Sousa Lemes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190814">https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190814</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>174</b>
O CINEMA ENQUANTO FENÔMENO FOMENTADOR DA INTEGRAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA, FILOSOFIA E O DIREITO	
Ronaldo Blecha Veiga	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190815">https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190815</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>188</b>
A GLOBALIZAÇÃO SOB O ENFOQUE DO PLURALISMO JURÍDICO	
Paulo Cesar de Lara Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190816">https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190816</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>203</b>
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: ANÁLISE DO REGIME NACIONAL E INTERNACIONAL	
Emi Silva de Oliveira Raimundo Gomes da Silva Junior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190817">https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190817</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>216</b>
PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria Cristiane Lopes da Silva Nahiana dos Santos Araújo Jessica Araujo da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190818">https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190818</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>229</b>
EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	
Lucas Andre Prado Vasconcelos Maressa Fontoura Coelho	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190819">https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190819</a>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>246</b>
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE COM ALUSÃO AOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NA LIDE PREVIDENCIÁRIA	
Gine Alberta Ramos Andrade Kinjo Rita de Cássia Oliveira Santos Marcus Antonius da Costa Nunes	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190820>

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>260</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>261</b>



## A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Data de aceite: 02/08/2021

**Antonio Martellozzo**

**RESUMO:** O objetivo primordial ao realizar o presente estudo foi o de poder proceder a um levantamento acerca da legislação existente (ainda que em parte, pois ela é vasta), no Brasil, sobre o meio ambiente, com opção para aquela que se entende mais relevante em cada período, a começar pelas origens. A abordagem se estenderá até nossos dias. O problema existente é a multiplicidade de leis, grande parte desconhecida da maioria dos brasileiros. A metodologia, aqui, adotará o método dedutivo, onde se utilizará da Constituição Federal e leis de proteção ao meio ambiente. Conclui-se que faltam políticas públicas a respeito. Leis boas existem, faltando algo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Legislação Ambiental; Evolução; Fases; Constituição Federal; Marco jurídico.

### THE NORMATIVE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN ENVIRONMENTAL LAW

**ABSTRACT:** The prime objective in carrying out this study was to be able to make a survey of the existing (albeit in part, because it is vast) legislation in Brazil on the environment, choosing the most relevant in each period, starting with its origins. The approach will be extended to our days. The existing problem is the multiplicity of laws, most of which are unknown to the majority of Brazilians. The methodology here will adopt

the deductive method, where the Federal Constitution and environmental protection laws will be used. We conclude that there is a lack of public policies in this regard. Good laws exist, but something is missing.

**KEYWORDS:** Environmental Law; Evolution; Phases; Federal Constitution; Legal framework.

### 1 | INTRODUÇÃO

O objetivo ao confeccionar o presente artigo foi o de proceder ao levantamento da legislação ambiental no país, ainda que em parte, diante do número elevado de leis, fazendo-o desde o início até pós-promulgação da Constituição Federal de 1988.

A escolha do tema deve-se ainda ao interesse que ele desperta, com vista a suscitar o debate, acrescida da riqueza de valores que ele encerra.

Far-se-á pesquisa compreendendo a legislação, incluindo-se a Constituição Federal e quanto à doutrina, apenas sê-lo-á *en passant*.

A estrutura adotada constará de capítulos guardando uma cronologia, objetivando facilitar a compreensão do que seguirá no desenvolvimento do trabalho.

O método a ser adotado é o dedutivo, sem a preocupação de conceitos altamente teóricos e sem a pretensão de exaurir o tema.

## **2 I A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO**

### **2.1 Evolução da legislação ambiental brasileira antes da constituição federal de 1988**

A legislação ambiental do Brasil antes da Constituição Federal de 1988 não tutelava o meio ambiente de modo autônomo; o país contemplava legislação esparsa como aplicáveis às águas, florestas, fauna e solo, alcançando elementos setoriais. Havia, antes, uma preocupação privatista em homenagem ao Direito Civil.

Nas palavras de José Afonso da Silva (2004, p. 35), durante muito tempo no Brasil predominou “a desproteção total do meio ambiente”.

A primeira Constituição Brasileira a referir ao meio ambiente foi a de 1988.

Em quatro momentos pode-se dividir o que se tem da normatividade ambiental do Brasil: a) fase inicial; b) fase intermediária e de codificação; c) fase pós-Estocolmo; d) fase holística.

### **3 I NORMATIVIDADE AMBIENTAL: FASE INICIAL**

O país, do período colonial ao republicano, contava com uma quase inexistente proteção jurídica ambiental; só contava com poucos textos normativos os quais não abrigavam a proteção no sentido devido. A fase nessa toada vai até a década de 1960.

#### **3.1 Referências ambientais na legislação do período colonial**

Durante o Império a legislação portuguesa abrangendo as Ordenações Afonsinas, as Ordenações Manuelinas e as Ordenações Filipinas (Espanha), continha situações que tratavam: a primeira proibia o corte deliberado de árvores frutíferas; a segunda, vedava a caça de certos animais, com a utilização de instrumentos de causar sofrimento e dor; as Ordenações Filipinas previam pena de multa para a mortandade de peixes e sujeira às águas. Estas puniam, ainda, quem matasse animais por simples malícia e quem cortasse árvores com frutos.

#### **3.2 Referências ambientais na legislação do período republicano**

No período, ainda a legislação a respeito do tema era desarticulada.

Consta das legislações infraconstitucionais os textos que seguem: a) Decreto nº 23.793, de 23/01/1934, aprovando o primeiro Código Florestal brasileiro; b) Decreto nº 24.645, de 10/07/1934 colocando animais sobre a tutela do Estado; c) Decreto nº 24.643, de 10/07/1934 aprovando o Código de Águas; d) Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, organizando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; e) Decreto-lei nº 1.985, de 29/1/1940, aprovando o Código de Minas; f) Decreto-lei nº 2.848, de 07/12/1940, criando um novo Código Penal; g) Decreto-lei nº 3.688, de 03/10/1941, dispendo sobre a Lei das

Contravenções Penais, e o Decreto-lei nº 7.841, de 08/08/1945, dispondo sobre o Código de Águas Minerais.

No que diz respeito às leis de cunho criminal, tem-se que o Código Penal não previu especificamente um crime contra o meio ambiente, fazendo, sim, referências, a crimes de perigo ou contra a saúde pública, a crime de dano ao patrimônio público, dentre outros; a Lei de Contravenções Penais previu poucas condutas referentes ao meio ambiente, dentre outras, a de emissão de fumaça, vapor ou gás (art. 38) e tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo (art. 64).

#### **4 I NORMATIVIDADE AMBIENTAL: FASE INTERMEDIÁRIA E DE CODIFICAÇÃO**

Importantes codificações de legislação ambiental surgem a partir de 1960, infraconstitucionais, dentre as seguintes: a) Lei nº 3.924, de 26/07/1961, dispondo sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; b) Lei nº 4.771, de 15/09/1965, dispondo sobre o Código Florestal reportando-se dentre outras particularidades, acerca da Área de Preservação Permanente e da Reserva Legal; c) Lei nº 5.197, de 03/01/1967, estatuiu sobre a fauna; d) Decreto-lei nº 221, de 28/02/1967, dispondo sobre o Código de Pesca (diferenciando espécies, dentre as quais a comercial; e o Decreto-lei nº 227, de 28/02/1967, tratando do Código de Minas (prevendo a competência da União).

A lei que trata da fauna colocou a silvestre como propriedade do Estado e tratou de certas proibições.

#### **5 I NORMATIVIDADE AMBIENTAL: FASE PÓS-ESTOCOLMO**

O marco histórico da construção normativa do Direito Internacional do Meio Ambiente foi a Conferência de Estocolmo, em 1972. A partir dela, todos os países participantes passaram a pensar na criação de legislação interna.

O Brasil, durante a década de 1970, passou a adotar lenta transformação na legislação, sendo que durante a década seguinte a legislação passou a ter visão mais holística do meio ambiente.

Da década de setenta são os textos normativos a seguir: a) Decreto-lei nº 1.413, de 14/08/1975, que trata do controle da poluição do meio ambiente; b) Lei nº 6.453, de 17/10/1977, dispondo sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares; c) Lei nº 6.513, de 20/12/1977, dispondo sobre a criação de áreas e de locais de interesse turístico; d) Lei nº 6.766, de 19/12/1979, tratando do parcelamento do solo urbano; e) Lei nº 6.894, de 16/12/1980, tratando da fiscalização e inspeção da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos etc.

Pode-se dizer que já que se trata de meio ambiente, s.m.j., o que há de importância maior, em toda legislação citada, é o texto normativo do Decreto-lei nº 1.413, de 14/08/1975,

que utilizou da palavra “meio ambiente”.

## **6 I FASE HOLÍSTICA DA NORMATIVIDADE AMBIENTAL**

Após a Conferência de Estocolmo inaugurou-se no Brasil uma normatividade ambiental brasileira, agora com uma visão holística e já sistematizada.

Dentre os textos normativos dessa fase podem ser citados: a) Lei nº 6.803, de 02/07/1980, tratando das diretrizes do Zoneamento Industrial (nas áreas críticas de poluição); b) Lei nº 6.938, de 31/08/1981, dispondo sobre Política Nacional do Meio Ambiente; c) Decreto nº 89.336, de 31/01/1984, dispondo sobre a Reserva Ecológica e Áreas de Relevante Interesse Ecológico; d) Lei nº 7.347, de 24/07/1985, criando a Lei da Ação Civil Pública; e e) Lei nº 7.661, de 16/05/1988, dispondo sobre a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro.

A Lei que instituiu o Zoneamento Industrial classifica as zonas industriais em: zonas de uso estritamente industrial, zonas de uso predominantemente industrial e zonas de uso diversificado.

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente inovou, no particular aspecto, passando a considerá-lo enquanto patrimônio público protegido, prestigiando o uso coletivo. Essa lei chegou a definir o termo poluição.

Depois dela – Lei nº 6.938/1981 – a Constituição Federal de 1988, influenciada por ela, crê-se, dedicou um capítulo à proteção do meio ambiente, em cuja sistemática dita lei se integrou harmonicamente, tendo sido recepcionada.

Daí passou-se à sistematização do Direito Ambiental tal qual deve ser, produzindo-se farta legislação.

## **7 I MARCO JURÍDICO DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL**

Hoje, no Brasil, pode-se afirmar haver uma constitucionalização da proteção jurídica do meio ambiente pela Constituição vigente. Ela assentou as bases normativas de um novo paradigma jurídico ambiental, passando a influenciar a produção de leis infraconstitucionais, pensando-se em políticas públicas ambientais, cuja produção não tem sido pouca.

Há, a destacar, ainda, que entre os entes federados existe descentralização da competência legislativa, no país. A questão – distribuição de competências – tem sofrido críticas, existindo proposta de emenda para sua alteração.

Os Estados-Membros ocupam-se da elaboração de normas ambientais em suas Constituições Estaduais; os Municípios, em Leis Orgânicas, a partir do Estatuto da Cidade, por meio do Plano Diretor, que é obrigatório: a) para cidades acima de 20.000 (vinte mil) habitantes; b) para cidades que integram regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Há, ainda, Resoluções do CONAMA (órgão com competência normativa, consultivo

do SISNAMA, com vista a tratar de poluição, da qualidade do meio ambiente, conduzindo à sadia qualidade de vida).

A Constituição Federal deu realce ao meio ambiente, evidentemente na expectativa de melhorar a qualidade na questão normativa ambiental no país. Ela é, no assunto, um marco jurídico, realmente, incorporando princípios fundamentais e primordiais do Direito Ambiental, tais como o da precaução, o da prevenção, o do poluidor-pagador, o da participação, dentre outros. Ordenou, segundo se lê, a aplicação de instrumentos de Política Ambiental sustentáveis. Tratou da responsabilização por danos ambientais, nos setores: civil, administrativo e penal, de forma concomitante; cuidou do acesso à Justiça Ambiental, do fortalecimento de instrumentos de política ambiental, possibilitou a criação de instrumentos ecológicos e outros na área ambiental.

O que o país precisa nessa área: a aplicação de políticas públicas ambientais consistente, de forma integrada, articulada.

No dizer de Fiorillo (2011, p. 90), “a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico devem coexistir, de modo que aquela não acarrete a anulação deste”.

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou reunir o elenco de leis de proteção ao meio ambiente desde seu surgimento até nossos dias, com destaque para a Constituição Federal de 1988, a qual dedica todo um capítulo ao tema (VI, Título VIII), contendo o art. 225, com seis parágrafos e incisos.

Referida Lei Maior dita, inclusive, que todos têm direito ao meio ecologicamente equilibrado (art. citado, primeira parte).

As Constituições Estaduais, com amparo na Constituição Federal, têm tratado da proteção da qual ora se menciona. Leis administrativas, mesmo a nível municipal, podem dispor em certos casos acerca do assunto.

Hoje, há preocupação até com a chamada reserva legal, com vista a áreas de preservação permanente. Em razão do disposto supracitado artigo, no seu §1º, IV, incumbe ao Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino”. Em boa hora, nossa Lei – esta sob nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 –, dispõe sobre crimes ambientais os quais podem ser cometidos por pessoas jurídicas.

A Lei nº 6.938, de 31/08/1981, dispondo sobre a política nacional do meio ambiente, trata de mecanismos com vasto material normativo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva com colaboração de PINTO, Antonio Luiz de Toledo et al. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.** Dispõe sobre o primeiro Código Florestal Brasileiro.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.** Estabelece o Código das Águas.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934.** Estabelece medidas de proteção aos animais, colocando animais sobre a tutela do Estado.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984.** Cria a Reserva Ecológica e Áreas de Relevante interesse ecológico.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 1.985, de 29 de novembro de 1940.** Aprova o Código de Minas.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Cria o Código Penal.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941.** Dispõe sobre a Lei das Contravenções Penais.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945.** Estabelece o Código de Águas Minerais.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre o Código de Pesca.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre o Código de Minas.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975.** Dispõe sobre controle da poluição do meio ambiente.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.** Dispõe sobre momentos arqueológicos e pré-históricos.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.** Trata da Fauna.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977.** Prevê a responsabilidade civil por danos nucleares e também criminal.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.** Cria áreas e locais de interesse turístico.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Disciplina o parcelamento do solo urbano.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre a fiscalização e inspeção da produção de fertilizantes.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980.** Disciplina as Diretrizes do Zoneamento Industrial.



\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Estabelece a Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.** Trata da Ação Civil Pública.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988.** Alusiva à Política Nacional de gerenciamento costeiro.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre Crimes Ambientais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1998.

FIORILLO, Celso A.P. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional.** 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2004.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 31, 114, 124, 133, 170, 218, 227

Afetividade 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37

### C

Cemitérios privados 84, 85, 86, 90, 94

Cinema 22, 125, 174, 183, 186, 187

Construção normativa 65, 66, 67

Criança 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 114, 124, 130, 131, 133, 170, 180, 218, 227

### D

Defensoria pública 60, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83

Direito 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 99, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 136, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 210, 211, 214, 215, 218, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260

### E

Escola 20, 22, 41, 58, 63, 97, 144, 148, 149, 199, 201, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 227, 228, 260

Ética 41, 44, 99, 108, 112, 113, 148, 164, 176, 185, 186, 187, 198

### F

Família 2, 3, 4, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 37, 38, 39, 41, 48, 50, 60, 78, 86, 168, 179, 183, 249, 258

Fenômeno 14, 19, 29, 42, 44, 104, 137, 138, 155, 163, 165, 174, 190, 191, 200, 222, 223, 239, 249

Fidelidade recíproca 1, 2, 4, 8, 9, 11

Filosofia 149, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 198, 221

Fungibilidade 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

## G

Globalização 14, 19, 24, 100, 135, 137, 138, 144, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202

## H

História 40, 91, 117, 123, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 171, 176, 177, 180, 183, 190

## I

Impactos ambientais 57, 84, 85, 87, 96

Indenização 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 249

Inocência 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Inteligência artificial 97, 98, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Internet 1, 2, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 117, 118, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 180, 181, 205

Intimidade 13, 14, 21, 22, 23, 24, 41, 89, 118, 120, 129, 130, 238

## L

Literatura 26, 40, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 260

## M

Mediação de conflitos 39, 41, 42, 44, 49, 50, 221, 223, 227, 228

Meio ambiente 15, 17, 18, 24, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 105, 115, 260

Multidimensional 79, 99

## P

Pluralismo jurídico 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Previdência 246, 247, 249, 259

Processo administrativo 212, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 239, 240, 241, 242, 243

Proteção 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 31, 32, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 94, 115, 117, 120, 124, 126, 136, 141, 142, 143, 168, 169, 170, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 235, 236, 242, 246, 248, 249, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 259

Psicologia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 174, 175, 176, 177, 180, 183, 184, 185, 186, 187

## T


Tutela 22, 24, 31, 41, 51, 54, 56, 61, 62, 63, 64, 66, 70, 72, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 190, 197, 203, 209, 210, 214, 252, 253, 256, 257



# O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL





# 3

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

# 3

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)